

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Consultor Jurídico

Congresso inclui gratificação a conselheiros do Carf no Orçamento de 2015

19/11/2015

O Congresso Nacional aprovou na noite da quarta-feira (18/11) a inclusão no Orçamento da União de 2015 da remuneração dos representantes do contribuinte no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (Carf). De acordo com o governo federal, isso representará um gasto de R\$ 5,6 milhões para este ano.

Com a aprovação, a "gratificação por participação" já pode ser paga este ano. O grande entrave ao pagamento era que o governo não pode criar despesas fixas sem que elas constem do Orçamento da União, sob pena de desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. A não inclusão da gratificação no Orçamento era o principal empecilho para a volta das atividades do Carf, paradas desde o primeiro semestre deste ano.

Entretanto, mesmo com a aprovação da inclusão, quem acompanha o Carf acha difícil que as atividades do órgão voltem ainda em 2015. Isso porque ainda é preciso treinar os novos conselheiros, elaborar um cronograma de atividades e distribuir os processos aos recém-nomeados.

A gratificação foi criada em abril deste ano por meio de decreto do governo federal. Foi a grande responsável pela debandada de conselheiros representantes dos contribuintes, que aconteceu um dia depois da publicação do acórdão.

Pelo modelo anterior, os conselheiros não eram remunerados pela participação nos julgamentos. Recebiam diárias para cobrir as custas com a viagem a Brasília, onde fica o Carf, e a hospedagem.

O jeton criado em abril é de R\$ 1,8 mil pagos por sessão, ao limite de seis sessões por mês. Como o Carf se reúne três dias por mês, e são duas sessões por dia, o entendimento que se criou foi que o jeton, na verdade, é uma remuneração.

E por se tratar de remuneração, o Conselho Federal da OAB entendeu que o exercício do cargo de conselheiro do Carf é incompatível com a advocacia. Por isso, os novos conselheiros, nomeados depois da renúncia em massa, tiveram de entregar suas carteiras da Ordem e, portanto, estão sem poder trabalhar como advogados.

O jeton também vem causando problemas por conta da falta de isonomia que criou entre os representantes dos contribuintes e os da Fazenda Nacional. Isso porque os fazendários não recebem jeton, mas não abrem mão dos cargos para ser conselheiros. Continuam, portanto, recebendo a remuneração de servidores - no caso de procuradores da Fazenda, cerca de R\$ 24 mil.

Há um Projeto de Decreto Legislativo em trâmite na Câmara para cassar o decreto do governo que criou o jeton. Proposto pelo deputado Bruno Covas (PSDB-SP), o projeto está parado desde maio, mês que foi apresentado, aguardando o parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), deputado Fernando Monteiro (PP-PE). Com informações da Agência Senado.

Congresso aprova remuneração de conselheiros do Carf

19/11/2015

Após quase oito meses de paralisação, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) obteve autorização do legislativo para voltar a realizar sessões de julgamento. Em sessão realizada na última quarta-feira (19/11) o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei que inclui no orçamento de 2015 a remuneração aos conselheiros que representam os contribuintes no tribunal administrativo.

O fato, entretanto, possivelmente não garantirá a volta do Carf ainda esse ano. Ao JOTA o presidente do conselho, Carlos Alberto Barreto, disse que espera reiniciar as sessões em meados de janeiro. A remuneração também consta no projeto de lei orçamentária de 2016.

No Congresso, os parlamentares aprovaram o PLN nº 3, de 2015, que esperava por votação há seis meses. O projeto não pode ser votado antes porque a pauta estava trancada até a análise de vetos presidenciais.

O Carf passou por momentos turbulentos após a deflagração da Operação Zelotes, que investiga casos de compra de votos e corrupção no conselho. Além da paralisação dos julgamentos, foi instituída em abril (Decreto 8.441) remuneração aos conselheiros dos contribuintes, o que levou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a concluir que havia incompatibilidade entre a atuação no tribunal e na advocacia.

O fato fez com que quase todos os conselheiros que atuavam como advogados deixassem o Carf. De acordo com Barreto, ainda faltam preencher dez vagas no conselho.

Ao JOTA, o presidente citou ainda algumas mudanças feitas no período de paralisação, como implementação do sistema push para acompanhamento de processos e previsão de realização de pautas temáticas. Segundo Barreto, no primeiro trimestre de 2016 devem ser distribuídos aos novos conselheiros processos que somam R\$ 251 bilhões.

Com retorno em janeiro, Carf quer julgar R\$ 251 bilhões até março

19/11/2015

Sem realizar sessões desde março e sob suspeita desde a eclosão da Operação Zelotes, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) planeja retomar os julgamentos na segunda quinzena de janeiro remodelado, com um novo time de conselheiros, cerca de seis mil processos em uma pauta temática e a meta de analisar R\$ 251 bilhões em tributos sob disputa no primeiro trimestre.

O cenário foi descrito ao JOTA pelo presidente do tribunal administrativo, Carlos Alberto Barreto. Durante cerca de uma hora de entrevista, Barreto contou detalhes do freio de arrumação por que passou a última instância administrativa do direito tributário.

"O que nós estamos trabalhando para obter mais eficiência nas sessões de julgamento é a chamada pauta temática. A pauta não era temática, era por conselheiro. Cada conselheiro botava seu processo, o outro quando chegava a vez

tinha um processo igual, e isso retardava um pouco o julgamento", assinalou Barreto. "Nosso exame indica que vamos ter um ganho. Como as sessões vão ser temáticas as pautas vão ser mais fortemente debatidas. Sob o mesmo tema você vai esgotar a discussão e ter ganhos em relação às sessões de julgamento."

Desde 26 de março, não há novas decisões do **Carf**. Na ocasião, as sessões foram suspensas por determinação do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, em virtude das investigações de uma força-tarefa formada pela corregedoria da Pasta, Receita Federal, Polícia Federal, Ministério Público Federal. Na Zelotes, os investigadores estimam que atos de corrupção - como venda de decisões e pedidos de vista - teriam contaminado processos que somavam R\$ 19 bilhões. O valor se refere a tributos cobrados pela Receita e contestados por contribuintes.

No último mês de funcionamento normal do **Carf**, o estoque de processos no **Carf** estava em 112.023, tendo crescido 5,62% durante o período sem sessões de julgamento. Já os valores sob disputa entre contribuintes e a União pulou 32% no mesmo período, como se pode ver na tabela abaixo:

Pautas e sorteio

A pauta, que deve trazer em torno de 6.000 processos, deve ser publicada tão logo passe no Congresso o projeto de lei que institui a remuneração para os conselheiros em 2015 ou a Lei Orçamentária de 2016. Serão processos relatados, em sua grande maioria, por conselheiros da Fazenda, alguns deles designados ad hoc.

O pagamento de remuneração aos conselheiros do **Carf** está vinculada à participação em sessões de julgamento e foi instituído logo depois que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu, a partir de questionamento de Levy, que integrantes da ordem não poderiam atuar no conselho e exercer a advocacia concomitantemente. A inclusão de verbas para o pagamento dos conselheiros no Orçamento permite que o conselho retome os julgamentos.

O planejamento de gestão do **Carf**, que tem o acompanhamento da Fundação Getúlio Vargas para certificação em outubro do não que vem, prevê o julgamento de processos totalizando R\$ 251 bilhões no primeiro trimestre. Esse valor leva em conta os processos que serão analisados e o tempo de trabalho dos conselheiros. Em média, serão 13 mil horas de trabalho de cada um deles nos primeiros três meses do ano, de acordo com Barreto.

A 1ª Seção - que analisa Imposto de Renda, CSLL e Simples - é a que totaliza processos de maior valor. No primeiro trimestre serão repassados aos conselheiros casos que somam R\$ 121,6 bi.

Na 1ª Câmara Superior, responsável pelo julgamento de processos envolvendo os mesmos tributos, serão distribuídos processos de R\$ 42,5 bi.

Em segundo lugar vem a 3ª Seção (Pis, Cofins, IPI e contribuição previdenciária), com casos de R\$ 60 bilhões nas turmas e R\$ 12 bilhões na Câmara Superior.

A 2ª Seção, que julga Imposto de Renda retido na fonte e pessoa física, é a que analisa processos de menor valor. Serão R\$ 13,4 bilhões nas turmas e R\$ 1,5 bilhão na Câmara Superior.

Barreto diz que o valor total de processos a serem distribuídos em 2016 não corresponde a três vezes os R\$ 251 bi. Isso porque diversos casos com autuações altas estão "represados" no **Carf**, e devem ser sorteados tão logo o tribunal volte a funcionar.

Além disso, ele diz que não há como prever o valor total de processos para o ano. Mas uma mudança importante diz respeito a gestão: a cada três meses será possível antecipar com que números trabalha o governo federal.

"Uma mudança que está em curso é que foi criada uma nova área no Carf que vai cuidar só de conduzir as sessões de julgamento", contou Barreto. "Antes cada câmara fazia sua pauta. Agora vamos ter uma área que vai fazer a pauta para todos os colegiados."

Sistema push

Segundo o presidente do Carf, o Serpro deve homologar nesta semana o novo sistema automático de distribuição dos processos no conselho, com o surgimento do sistema push presente hoje apenas no Judiciário - outros tribunais administrativos como o Cade, o Conselhinho do Banco Central e mesmo a CGU não possuem tal ferramenta.

Ao cadastrar seus processos, o advogado será informado do primeiro sorteio automático: quando a documentação é enviada para um das turmas do Carf. Em seguida, há outro sorteio também impessoal e automático, para o conselheiro que elaborará o relatório do processo. As regras de sorteio constam da Portaria 62 publicada pelo Carf no início do mês.

A meta do Carf é aumentar a transparência até o limite de transmitir sessões pela internet, via streaming .

"O objetivo é que tenhamos um apoio muito forte nas sessões de julgamento para melhorar a qualidade da condução da sessão de julgamento e chegarmos à possibilidade de termos transmissão", contou Barreto.

O Carf possui atualmente 10 vagas de conselheiros em aberto. Confederações submeteram recentemente três listas de candidatos, e Barreto espera que a escolha seja acelerada com a aprovação da remuneração dos julgadores pelo Congresso. Ele confirmou ter ouvido muitas queixas pela demora na aprovação do projeto de lei que altera a lei orçamentária de 2015

Jus Brasil

Congresso aprova verba para Aerus e outros projetos de créditos orçamentários

19/11/2015

Reportagem - Eduardo Piovesan

O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (18) quatro projetos de lei com créditos orçamentários, dos quais destaca-se o PLN 2/15, que libera R\$ 368,2 milhões para garantir o pagamento de benefícios aos cerca de 10 mil aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social, fundo de pensão dos ex-empregados das empresas Varig (e suas empresas filiais), Cruzeiro e Transbrasil.

Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac), os cerca de 20 mil aposentados e pensionistas dessas companhias extintas participantes do fundo de pensão recebem apenas 8% do valor devido, depois da liquidação do fundo, ocorrida em abril de 2006.

Gratificação

Também aprovado, o Projeto de Lei do Congresso 3/15 altera a lei orçamentária (LOA 2015) para prever o pagamento da Gratificação de Presença aos

conselheiros representantes dos contribuintes no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (Carf/MF).

De acordo com o projeto, a remuneração adicional pretende profissionalizar a atividade de julgamento e a aplicação das restrições ao exercício da advocacia de que trata a Lei 8.906 /94.

A remuneração mensal dos conselheiros, estipulada pelo Decreto 8.442 /15, é de R\$ 11.235,00, equivalente ao valor do DAS 5. A reestruturação do Carf, atingido pela operação Zelotes, da Polícia Federal, inclui a reformulação do regimento interno do órgão.

As turmas ordinárias contarão com 120 conselheiros e a Câmara Superior com mais 24, totalizando 144 conselheiros frente aos 216 do regimento anterior.

Emendas parlamentares

Por meio do PLN 4/15, o Executivo pretende mudar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2015) para possibilitar o uso dos restos a pagar inscritos até o exercício financeiro de 2014, derivados de emendas parlamentares individuais, no cumprimento das emendas ao orçamento de 2015.

Se a mudança não fosse feita, os restos a pagar derivados dessas emendas poderiam ser cancelados.

Arrecadação excessiva

Já o PLN 32/15 abre crédito suplementar de R\$ 331,7 milhões aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a título de repasse de excesso de arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR), das contribuições sobre concursos de prognósticos, do Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro (IOF-Ouro) e de compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos.

Jornal do Senado - DF

Ataídes Oliveira critica Lewandowski por ter chamado CPIs de amadoras

19/11/2015

Durante o depoimento do empresário Alexandre Paes dos Santos nesta quinta-feira (19), o presidente da CPI que investiga o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), criticou o comentário feito na semana passada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, sobre o trabalho das comissões parlamentares de inquérito.

Segundo o presidente do STF, as investigações em CPIs no Congresso são conduzidas por amadores . Ataídes Oliveira acredita que Lewandowski extrapolou suas atribuições ao fazer publicamente juízo de valor a respeito de atividades afetas a outro Poder e lhe fez um apelo: Atenha-se às suas funções na Suprema Corte .

Para o senador, o poder de investigar das CPIs é bastante limitado devido ao preceito constitucional que permite aos depoentes não produzir provas contra si mesmos. Na prática, eles se recusam a colaborar, não respondendo aos questionamentos feitos pelos parlamentares.

Foi o caso, nesta quinta-feira, de Alexandre Paes dos Santos, que se recusou a responder à maior parte das perguntas que lhe foram dirigidas.